

ENTREVISTA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Entrevista ao Jornal *O Globo*, em 9.10.87

O Globo – Como está a queda de braço com os credores?

Bresser – Na última reunião com o FMI em Washington tivemos um grande avanço na negociação política da dívida. Tanto nossas teses mais antigas, como as mais recentes, foram incorporadas no que os banqueiros chamam de “menu” de opções que os países devedores deveriam oferecer no processo de negociação. Entre essas idéias, está a própria redução da dívida através de instrumentos como os títulos com taxas de juros mais baixas e fixas e prazos mais longos. No comunicado do Comitê Interino do FMI, que é o documento mais importante da reunião, já constou explicitamente a idéia da redução da dívida. Os discursos do presidente Reagan, do Candessus (diretor-gerente do FMI) e do Conable (Presidente do Banco Mundial) e, principalmente, do Baker (Secretário do Tesouro dos EUA), feito imediatamente depois do meu pronunciamento na Assembléia Geral, tiveram um sentido absolutamente claro de avanço. Eles não só aceitaram a idéia de que é preciso uma redução da dívida, como ainda, como disse Baker, que os bancos deveriam se apoiar menos em acordos formais com o FMI.

O Globo – O secretário Baker falou também em estender para seis meses, em lugar dos atuais três, os desembolsos do FMI e o acompanhamento das metas econômicas negociadas.

Bresser – Isso eu nem cheguei a defender, porque não estou querendo fazer um acordo já como Fundo, mas é também um grande avanço. Enfim, nessa reunião iniciou-se uma nova etapa na história da dívida. A negociação antiga estava sempre baseada no ajustamento e no financiamento; e o ajustamento esgotou-se sem resolver nada, enquanto o financiamento implicava aumento permanente da dívida. Agora, nós temos que combinar formas ainda de financiamento com formas de redução da dívida. Os dois caminhos básicos para isso são a

conversão da dívida em título e a famosa conversão de dívida em capital. Mas esta última alternativa tem um problema porque está limitada pelo impacto monetário que provoca, obrigando o País a emitir cruzados ou substituir dívida externa por dívida interna na hora em que o investimento se realiza.

O Globo – E a negociação específica com os bancos credores?

Bresser – Na primeira reunião com o Comitê dos bancos apresentamos a nossa proposta por escrito, um fato inédito. A proposta inicialmente surpreendeu os credores, mas as informações que tenho são de que eles estão percebendo que ela é séria, objetiva. Acho que podemos agora avançar rapidamente nessa negociação. E aí tem uma contradição: nós estamos muito interessados em ter o acordo o mais depressa possível, mas não estamos com a corda no pescoço. Portanto, só negociaremos desde que haja um avanço claro nas nossas teses.

O Globo – Mas o dia 26 deste mês está ar...

Bresser – O dia 26 é um problema para os nossos credores e também para nós. Vamos dar uma atenção muito especial ao dia 26. Nós podemos fazer concessões, mas eles têm que fazer concessões também, objetivas e claras. Se não, não há negociação. Tenho tido também boas informações dos bancos no sentido de que eles perceberam que nós estamos sinceramente querendo negociar – uma coisa que eles tinham dúvidas. Eles estavam muito irritados com a moratória. Têm alguns que ainda estão. A moratória é sempre uma agressão ao banqueiro. Mas quando eles percebem que existe um interesse genuíno de negociar, as coisas melhoram muito. Houve banqueiros que, ainda lá em Washington, tiveram uma reação negativa, e depois telefonaram fazendo as pazes.

O Globo – Ao mesmo tempo em que o FMI parece estar mais manso, o Clube de Paris não endureceu?

Bresser – No plano objetivo, há poucas razões para o Clube de Paris adotar essa posição de manter fechados os financiamentos ao País. Mas mantém essa posição porque o Brasil não tem acordo com o FMI. Em janeiro deste ano, fizemos um acordo como Clube sem o FMI, o que envolveu, na época, uma negociação muito pessoal do ministro Baker, no sentido de convencer os demais ministros do G7 (Grupo dos sete países mais industrializados). Um mês depois, o Brasil fez a moratória. Isso fez com que esses ministros todos se sentissem um

pouco traídos. E eles sempre lembram disso. Volta e meia, eles me contam essa história. Agora, eles fizeram uma espécie de acordo entre si, de que só haverá negociação se o Brasil fizer um acordo com o FMI. Esse é um dos motivos pelos quais eu acho que, depois do acordo com os bancos, ou até simultaneamente, mas de forma desvinculada, nós venhamos a fazer um acordo com o FMI.

O Globo – Em janeiro, o Governo conseguiu fazer um acordo com o Clube de Paris desvinculado do FMI, agora o senhor parece propor o mesmo só que em relação aos bancos.

Bresser – É diferente. Naquele caso, a desvinculação se referia à possibilidade de se fazer um acordo com o Clube, sem se fazer um acordo com o FMI. No meu caso, o que quero desvincular realmente são os desembolsos, que é o fundamental. No Clube de Paris não há nenhuma vinculação de metas do FMI com os seus desembolsos. Mas nos acordos com os bancos, os desembolsos trimestrais ficam na dependência dos desembolsos do Fundo, que, por sua vez, dependem de cumprimento de metas.

O Globo – Mas fica parecendo que há um retorno à situação anterior.

Bresser – Sob esse aspecto, há realmente um certo retorno. Mas eu não tenho muito argumento nesta hora com os ministros. Mas como mais adiante vamos fazer o acordo com o FMI... Só não farei o acordo se o FMI não aceitar as metas que o Brasil estabelecer. Precisa ficar claro que o Brasil só fará o acordo com o FMI desde que isso seja uma continuidade do Plano de Controle Macroeconômico e que suas metas, que vamos reajustar trimestralmente, sejam aceitas.

O Globo – O que o governo vai levar aos credores no próximo encontro em Nova York?

Bresser – A questão do FMI não vai entrar nem em discussão. O que nós vamos discutir agora é a liberdade que devemos ter para emitir e negociar os bônus, propondo a sua conversão voluntária. Acho que os credores estão com boa vontade em relação a isso, mas têm algumas dúvidas. A liberdade para emitir os bônus é uma condição primeira na negociação. A segunda é estabelecer o sistema de pagamentos de juros mais ou menos simultaneamente ao recebimento de empréstimos dos bancos. Nós queremos pagar os juros e receber o empréstimo mais ou menos ao mesmo tempo. Se eles querem chamar isso de dinheiro novo, é dinheiro novo. Mas estará sempre vinculado o empréstimo que eles nos dão

ao pagamento que nós lhes fazemos. Nós vamos receber 60% do que pagamos. Nós pagamos 100 e recebemos 100. No fundo, essa proporção é que será discutida. Eu imagino que ficará em torno de 60% para os próximos anos. Mas para 87, nós precisamos do refinanciamento total dos US\$ 4,3 bilhões de juros. Em terceiro lugar, está a prorrogação das linhas de curto prazo.

O Globo – O fato de os bancos quererem esperar a conclusão da Constituinte para fechar um acordo com o país, não torna esses entendimentos provisórios?

Bresser – Isso também me preocupa. Realmente, os banqueiros falam de Constituinte, assim como os investidores internacionais. Para mim, isto não faz sentido, porque nós já sabemos quais são as orientações básicas da Constituinte e elas não interferem em praticamente nada no capital estrangeiro e muito menos na negociação da dívida externa. Nós vamos ter uma Constituição equilibrada, que pode ter até alguma coisa que não seja plenamente do agrado dos investidores estrangeiros, mas são coisas mínimas.

O Globo – A preocupação dos credores com a Constituinte é tratada de maneira genérica ou são especificados os pontos de interesses?

Bresser – Para mim, pessoalmente, ninguém perguntou nada especificamente. Sobre a Constituinte, eu tenho conversado mais com os investidores, e há preocupação com a definição de empresa nacional e estrangeira, com eventuais reservas de mercado adicionais, e com a estabilidade no emprego. Quanto ao regime de governo, eles não têm interesse.

O Globo – Mas não há uma contradição entre a expectativa que o senhor coloca de um acordo rápido com os credores e a manifestação deles de que preferem esperar a Constituinte?

Bresser – Tenho que deixar claro que não acho que a Constituinte seja um obstáculo real. Pode ser eventualmente real na cabeça deles. Mas o anteprojeto que nós temos, mesmo que seja aprovado como está, não criaria nenhuma dificuldade para as empresas multinacionais e muito menos para os nossos credores.